

Alfa Holdings S.A.

Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2024 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Alfa Holdings S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Alfa Holdings S.A. (“Sociedade”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Alfa Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Investimentos em coligadas (nota explicativa nº 6)

Conforme descrito na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, a Sociedade tem como atividade principal manter participações societárias em outras empresas na qualidade de “holding”, conduzidas de forma direta ou indireta, e direcionadas aos segmentos financeiros e de seguros. Nesse contexto, em 31 de dezembro de 2024, a Sociedade mantinha investimentos em coligadas, avaliadas e contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, no montante de R\$827.564 mil, correspondentes a 87% do seu patrimônio líquido, e registrou resultado negativo de participação em coligadas no montante de (R\$122.775 mil), no exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Em conexão à atividade principal da Sociedade e em consideração à relevância dos saldos de investimentos em coligadas, bem como dos resultados correspondentes gerados, consideramos a avaliação dos investimentos em coligadas pelo método de equivalência patrimonial como área de foco em nossa auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Com o objetivo de avaliar a adequação da avaliação dos investimentos em coligadas, nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento do processo de conciliação das posições dos investimentos em coligadas detidos pela Sociedade junto aos registros contábeis das empresas investidas; (ii) efetuar uma avaliação de riscos e a seleção de procedimentos de auditoria sobre os registros contábeis das empresas investidas, base para a avaliação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial, no contexto da auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade; (iii) análise dos eventos de capital nas empresas investidas direta ou indiretamente e seus efeitos na movimentação dos investimentos pelo método de equivalência patrimonial; (iv) efetuar o recálculo do saldo dos investimentos em 31 de dezembro de 2024, bem como dos resultados de participação em coligadas, com base na participação societária da Sociedade nessas coligadas e os registros contábeis correspondentes encerrados em 31 de dezembro de 2024; e (v) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras da Sociedade.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos aceitável a avaliação dos saldos de investimentos em coligadas e o resultado apurado sobre essas participações societárias, no contexto das demonstrações financeiras da Sociedade, tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Outros assuntos

Auditoria das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023

As demonstrações financeiras da Sociedade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório do auditor em 8 de fevereiro de 2024, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações financeiras.

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado - DVA referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Sociedade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na norma brasileira NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado (DVA). Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria da Sociedade para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria da Sociedade e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstância extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Vanderlei Minoru Yamashita
Contador
CRC nº 1 SP 201506/O-5



ALFA HOLDINGS S.A

CNPJ N.º 17.167.396/0001-69

Avenida Paulista, n.º 2.150 - São Paulo - S.P.

Sociedade Anônima de Capital Aberto

Senhores Acionistas,

Temos o prazer de submeter à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, acompanhadas do relatório do auditor independente sobre essas Demonstrações Financeiras. Os documentos apresentados contêm os dados necessários à análise da performance da Sociedade no exercício. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que venham a ser julgados necessários.

Desempenho das Atividades

Tratando-se de sociedade *holding*, o desempenho da Sociedade reflete, basicamente, o comportamento de suas coligadas. Estas, atuando nos segmentos financeiros e ramos de seguros, apresentaram resultados que fluíram à Sociedade uma variação negativa na avaliação de seus investimentos no valor de R\$ 122.775 mil em 2024 (R\$ 15.745 mil positiva em 2023).

Preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2024 foram preparadas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sendo também observadas as disposições da Lei das Sociedades por Ações e as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis até 31 de dezembro de 2024. As Demonstrações Financeiras relativas ao ano de 2024 estão sendo informadas comparativamente com 2023, conforme estas práticas.

Resultado do Exercício

A Sociedade apresentou no exercício de 2024 um prejuízo de R\$ 115.465 mil (R\$ 16.555 mil lucro líquido em 2023), correspondendo a uma rentabilidade negativa de 10,66% (1,55% positiva em 2023) sobre o Patrimônio Líquido inicial de 2024, no valor de R\$ 1.082.832 mil (R\$ 1.066.751 mil em 2023).

Os resultados obtidos e as disposições legais e estatutárias levaram-nos a propor o pagamento dos seguintes valores aos acionistas por lote de mil ações, relativamente ao 2º semestre de 2024: a título de dividendos, R\$538,14 para titulares de ações preferenciais da classe "A", valores estes que somados aos dividendos relativos ao 1º semestre de 2024, totalizaram, R\$ 618,63 para titulares de ações preferenciais da classe "A. Não houve pagamento de dividendos para titulares de ações ordinárias e preferenciais da classe "B".

Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido atingiu o valor de R\$ 949.142 mil em 31 de dezembro de 2024 (R\$1.082.832 mil em 31 de dezembro de 2023), com redução de 12,35% no ano (crescimento de 1,51% em 2023).



Capital Social

Em 28 de março de 2024, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária, na qual foi aprovado o aumento do capital social, passando de R\$ 430.245 mil para R\$ 436.556 mil, mediante aproveitamento de parte das reservas de lucros, sem emissões de novas ações.

Declaração dos Diretores

Conforme Instrução CVM nº 80/2022, a Diretoria declara que, em reunião realizada em 26 de fevereiro de 2025, revisou, discutiu e concordou com a opinião no relatório do auditor independente sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

Divulgação sobre Serviços da Auditoria Independente

Em atendimento à Resolução CVM nº 162/2022, informamos que nem a empresa contratada para auditoria das Demonstrações Financeiras da Sociedade, nem pessoas a ela ligadas, presta outros serviços à Sociedade que não os de auditoria externa. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho nem exercer funções gerenciais no seu cliente, ou promover o interesse deste.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025.

DIRETORIA

Leandro de Azambuja Micotti
(Diretor)

Marcos Lima Monteiro
(Diretor Presidente)

Enrica Morpurgo
(Diretora)

Este Relatório da Administração, elaborado pela Diretoria, foi examinado e aprovado em reunião do Conselho de Administração de 26 de fevereiro de 2025.



BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Valores expressos em Reais Mil)

	Notas Explicativas	31.12.2024	31.12.2023
ATIVO			
Ativo Circulante		131.523	62.484
Caixa e equivalentes de caixa		7	23
Títulos para investimento	4	127.615	60.509
Outros ativos	5	3.901	1.952
Ativo não Circulante		835.886	1.032.239
IRPJ e CSLL Diferidos	11(b)	8.219	-
Outros ativos	5	97	174
Investimentos em coligadas	6	827.564	1.032.059
Imobilizado		6	6
Ativos tangíveis		6	6
TOTAL DO ATIVO		967.409	1.094.723
PASSIVO			
Passivo Circulante		11.627	11.799
Fornecedores		182	1.542
Obrigações Fiscais		1.406	522
Dividendos a pagar		9.269	9.096
Outros passivos		770	639
Total das obrigações		11.627	11.799
Passivo não Circulante		6.640	92
Provisão para riscos fiscais	7	6.640	92
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	8.a	436.556	430.245
Reservas de capital	8.b	4.587	10.319
Reservas de lucros	8.c	507.999	612.296
Ajustes de avaliação patrimonial		-	29.972
Total do patrimônio líquido		949.142	1.082.832
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		967.409	1.094.723

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais Mil)**

	Nota Explicativa	31.12.2024	31.12.2023
Receita de juros		8.473	7.970
Margem financeira		8.473	7.970
Resultado de participações em coligadas	6	(122.775)	15.745
Outras receitas operacionais		709	199
Resultado operacional		(113.593)	23.914
Despesas de pessoal	9	(1.473)	(3.436)
Despesas gerais e administrativas	10	(745)	(3.466)
Outras despesas operacionais	7	(6.548)	-
Resultados antes dos impostos		(122.359)	17.012
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Corrente	11(a)	(1.325)	(457)
Imposto sobre a Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - Diferido	11(a)	8.219	-
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício		(115.465)	16.555
Lucro / (Prejuízo) por ação (em Reais)			
Lucro / (Prejuízo) básico e diluído por 1.000 ações (em Reais - R\$)			
Ações ordinárias		(1.304)	186,96
Ações preferenciais		(1.174)	205,65
Lucro / (Prejuízo) líquido atribuído (em Reais Mil - R\$)			
Ações ordinárias		(59.997)	8.602
Ações preferenciais		(55.468)	7.953
Média ponderada das ações emitidas - básica e diluída			
Ações ordinárias		46.011.632	46.011.632
Ações preferenciais		38.670.637	38.670.637

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais Mil)

	31.12.2024	31.12.2023
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	(115.465)	16.555
Outros resultados abrangentes do exercício		
Outros resultados abrangentes	(29.972)	-
Outros resultados abrangentes do exercício líquido de impostos	(29.972)	-
Total dos resultados abrangentes do exercício	(145.437)	16.555

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Valores expressos em reais mil)

HISTÓRICO	Capital Subscrito e Realizado	Reserva de Capital	RESERVA DE LUCROS				Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	TOTAL
			Reserva Legal	Reserva de Lucros a Realizar	Reserva Especial p/ Aumento Capital	Reserva Especial p/ Dividendos			
Saldos em 31.12.2022	404.933	9.936	59.070	166.354	321.862	74.624	29.972	-	1.066.751
Aumento de capital:									
Com reservas	25.312	-	-	-	(25.312)	-	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	383	-	-	-	-	-	-	383
Realização de lucros	-	-	-	(8.729)	-	-	-	8.729	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	16.555	16.555
Distribuição:									
Reserva legal	-	-	828	-	-	-	-	(828)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	3.932	-	-	-	(3.932)	-
Reservas estatutárias	-	-	-	-	10.615	1.180	-	(11.795)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(8.729)	(8.729)
Adoção Inicial IFRS 17	-	-	-	7.872	-	-	-	-	7.872
Saldos em 31.12.2023	430.245	10.319	59.898	169.429	307.165	75.804	29.972	-	1.082.832
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-	29.972	-	(29.972)	-	-
Aumento de capital:									
Com reservas	6.311	-	-	-	(6.311)	-	-	-	-
Dividendos não reclamados	-	484	-	-	-	-	-	-	484
Realização de lucros	-	-	-	(8.855)	-	-	-	8.855	-
Realização de reserva de lucros da investida	-	(6.216)	-	-	(3.638)	-	-	-	(9.854)
Lucro / (Prejuízo) líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	(115.465)	(115.465)
Distribuição:									
Reservas estatutárias	-	-	-	-	(115.465)	-	-	115.465	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(8.855)	(8.855)
Saldos em 31.12.2024	436.556	4.587	59.898	160.574	211.723	75.804	-	-	949.142

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(Valores expressos em Reais Mil)**

	Notas Explicativas	31.12.2024	31.12.2023
1. RECEITAS		9.182	8.169
Receita de juros		8.473	7.970
Outras receitas operacionais		709	199
2. MATERIAIS E SERVIÇOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS		6.841	3.064
Serviços de terceiros		6.841	3.064
3. VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)		2.341	5.105
4. DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO		-	-
5. VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)		2.341	5.105
6. VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA		(122.775)	15.745
Resultado de participação em coligadas	6	(122.775)	15.745
7. VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)		(120.434)	20.850
8. DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		(120.434)	20.850
Despesas de pessoal	9	1.473	3.436
Remuneração direta		1.250	2.955
Benefícios		223	400
F.G.T.S.		-	81
Impostos, taxas e contribuições		(6.492)	832
Federais		(6.492)	832
Remuneração de capitais de terceiros		-	6
Aluguéis		-	6
Outras (Doações Filantrópicas)		50	21
Remuneração de capitais próprios		(115.465)	16.555
Dividendos		8.855	8.729
Lucros / (Prejuízos) retidos do exercício		(124.320)	7.826

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - METODO INDIRETO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
 (Valores expressos em Reais Mil)

	31.12.2024	31.12.2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
LUCRO / (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(115.465)	16.555
AJUSTES AO LUCRO LÍQUIDO	121.092	(15.387)
- Resultado de participação em coligadas	122.775	(15.745)
- Constituição de Provisões	6.545	306
- Atualização de contingência, depósitos judiciais e impostos a compensar	(9)	52
- Imposto de renda diferido	(8.219)	-
AUMENTO NOS ATIVOS / PASSIVOS OPERACIONAIS	(2.205)	(1.183)
Pagamentos de IRPJ e CSLL	(1.094)	(128)
Outros ativos	(765)	(523)
Outros passivos	(346)	(532)
CAIXA LÍQUIDO (APLICADO) EM ATIVIDADES OPERACIONAIS	3.422	(15)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Redução de Capital de Coligada	71.866	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	-	2.121
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	71.866	2.121
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(8.198)	(7.769)
CAIXA LÍQUIDO APLICADO EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(8.198)	(7.769)
AUMENTO/(REDUÇÃO) LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	67.090	(5.663)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	60.532	66.195
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	127.622	60.532
Aumento/(Redução) de caixa e equivalentes de caixa	67.090	(5.663)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023
(EM REAIS MIL - EXCETO QUANDO INDICADO DE OUTRA FORMA)**

NOTA 1 – ATIVIDADE E ESTRUTURA DO GRUPO

A Alfa Holdings S.A. ("Sociedade"), que é uma sociedade anônima de capital aberto, está sediada na Avenida Paulista, 2.150, 17º andar, São Paulo – SP, CEP 01310-300, Brasil, tem como atividade principal manter participações societárias em outras empresas, na qualidade de "holding", com participações direcionadas, principalmente, aos segmentos financeiros indiretos (Banco Alfa de Investimento S.A., Financeira Alfa S.A. – C.F.I., Banco Alfa S.A, Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. e Alfa Arrendamento Mercantil S.A.), ramo de seguros, através da coligada direta Corumbal Participações e Administração Ltda. (Alfa Seguradora S.A. e Alfa Previdência e Vida S.A).

A Sociedade não possui filiais e seu controle é integralmente nacional.

Em novembro de 2022, o Banco Safra e a Administradora Fortaleza firmaram acordo para aquisição da totalidade das ações que a Administradora Fortaleza possuía nas entidades do Conglomerado Alfa, que atuam nos segmentos de crédito a pessoas jurídicas e físicas, *private banking*, *wealth management*, *asset management*, *investment banking* e seguros. O fechamento da operação ocorreu em 10.10.2023, passando o Banco Safra a ser controlador do Conglomerado Alfa.

Em 24.10.2023, o Safra apresentou à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) pedido de registro das ofertas públicas unificadas para aquisição de ações de emissão ordinárias e preferenciais das companhias abertas do Conglomerado Alfa (i) em razão da alienação do controle das Companhias e (ii) para fins de cancelamento do registro de companhia aberta das Companhias perante a CVM ("OPAs"). Os leilões ocorreram em 28.02.2024 e como resultado dos leilões, o Banco Safra adquiriu ações das quatro companhias abertas do Conglomerado Alfa e obteve o quórum para cancelamento de registro do Banco Alfa de Investimento, da Financeira Alfa e do Consórcio Alfa.

Em 30.04.2024 o Banco Safra adquiriu 14.720.704 ações da Alfa Holdings S.A., passando a deter 80,5% de participação. Como tal aquisição de ações adicionais representou mais de 1/3 do total em circulação, o Banco Safra protocolou em 29.05.2024, pedido de registro de oferta pública de aquisição de ações por aumento de participação. O leilão da OPA ocorreu dia 20.09.2024 e a companhia adquiriu ações adicionais, mas não atingiu o quórum para cancelamento de registro, permanecendo uma companhia aberta com ações listadas.

NOTA 2 – APRESENTAÇÃO DAS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As práticas contábeis utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2024 são consistentes com as utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras referentes a 31 de dezembro de 2023, divulgadas em conjunto para efeito de comparação.

As notas explicativas às Demonstrações Financeiras contêm descrições, narrativas e detalhes da composição das informações apresentadas nos balanços patrimoniais, nas demonstrações do resultado, dos resultados abrangentes, na demonstração das mutações do patrimônio líquido e nas demonstrações dos fluxos de caixa.



Estas Demonstrações Financeiras foram concluídas em 26 de fevereiro de 2025 e aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade na mesma data.

a) Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão sendo apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de suas coligadas. Exceto quando indicado, as informações contábeis expressas em Reais foram arredondadas para o milhar mais próximo.

b) Base para avaliação

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas tomando por base o custo amortizado, com exceção dos determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, se houver, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico, geralmente, baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca dos ativos.

c) Uso de estimativas e julgamentos

No processo de elaboração das Demonstrações Financeiras da Sociedade, a Administração exerceu julgamento e utilizou estimativas para mensurar certos valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras. As principais aplicações do exercício de julgamento e utilização de estimativas ocorrem na Sociedade com:

- Provisão para riscos fiscais; e
- Ativos tributários diferidos.

d) Informações sobre participações detidas em coligadas

(i) A Sociedade não tem controle isolado sobre nenhuma investida, todas são coligadas.

(ii) A Sociedade tem influência significativa em suas investidas, pois nelas mantém, direta ou indiretamente, vinte por cento ou mais do poder de voto, portanto pode participar nas decisões financeiras e operacionais sem controlar de forma individual ou conjunta essas políticas.

e) Demonstrações consolidadas

As Demonstrações Financeiras não estão sendo apresentadas de forma consolidada atendendo ao disposto no CPC 36 - Demonstrações Consolidadas, visto que o controlador da Sociedade, Banco Safra S/A, que disponibiliza ao público suas demonstrações consolidadas, foi consultado e não fez objeção quanto à não apresentação das demonstrações contábeis consolidadas pela Sociedade.

NOTA 3 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Seguem, abaixo, as principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras.

a) Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados inicialmente a valor justo e subsequentemente mensurados e classificados de acordo com o modelo de negócio em três categorias de mensuração: (i) Custo amortizado; (ii) Ao valor justo em outros resultados abrangentes; (iii) Ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo, e subsequentemente mensurados ao custo amortizado.

Os instrumentos financeiros derivativos, quando existentes, efetuados por conta própria, são contabilizados

pelo valor justo, com as valorizações ou desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado do período, na rubrica "resultado financeiro".

b) Investimento em coligadas

Participações em entidades sob controle comum e coligadas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras.

As Demonstrações Financeiras das coligadas, para fins de apuração da equivalência patrimonial, são elaboradas para o mesmo período de divulgação, segundo as mesmas práticas contábeis e na moeda funcional da Sociedade.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as Demonstrações Financeiras incluem a participação do grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir.

c) Impostos sobre lucros

Impostos Correntes – apurados de acordo como regime de tributação da Sociedade e das controladas diretas e indiretas. A provisão para imposto de renda é calculada à alíquota de 15%, podendo ser acrescida do adicional de 10%. A contribuição social é calculada à alíquota de 9%.

Impostos diferidos – representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas. São calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Demais tributos – As alíquotas incidentes de PIS e COFINS na base não cumulativa são de 1,65% e 7,6%, sendo que as alíquotas sobre as receitas financeiras são 0,65% e 4%, respectivamente.

d) Provisões

São reconhecidas, mensurados e divulgados de acordo com os critérios definidos no CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, da seguinte forma:

(i) Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas Demonstrações Contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o crédito deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

(ii) Provisões e Passivos Contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não sendo reconhecida, mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracterizam como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas.

As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável. A Administração também adota, para contingências fiscais, como política contábil, o reconhecimento de provisões como prováveis em relação às provisões apontadas por seus assessores jurídicos com a probabilidade de ocorrência possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação.

e) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência. As receitas de prestação de serviço são reconhecidas à medida que os serviços relacionados são prestados. Os custos e as despesas são reconhecidos quando incorridos, independentemente da liquidação financeira subjacente.

f) Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado dividindo o resultado líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pelo número médio ponderado de ações em circulação.

Para o cálculo dos resultados por ação diluídos, o número médio ponderado de ações em circulação é ajustado de forma a refletir o efeito de todas as potenciais ações diluidoras, se existentes, como as resultantes de dívida conversível e de opções sobre ações próprias concedidas aos trabalhadores.

g) Mensuração ao Valor Justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) das aplicações financeiras é baseada nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que inclui a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A Companhia maximiza o uso dos dados observáveis e minimiza-se o uso dos dados não observáveis ao apurar o valor justo, classificando os instrumentos financeiros conforme hierarquia do valor justo estabelecida pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo.

O Nível I abrange os instrumentos financeiros cuja metodologia de mensuração do valor justo utiliza dados observáveis que refletem os preços cotados nos mercados ativos. No Nível II são classificados os instrumentos financeiros mensurados utilizando dados que são direta ou indiretamente observáveis em instrumentos financeiros semelhantes. No Nível III são classificados aqueles instrumentos financeiros mensurados a valor justo utilizando dados não observáveis de mercado, conforme metodologia que reflete premissas próprias da Companhia.

h) Fluxo de caixa

Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e ativos financeiros, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo considerado imaterial o risco de mudança no valor de mercado. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Demonstração dos Fluxos de Caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa. Os fluxos de caixas das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos.

i) Demonstração do valor adicionado – DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas Demonstrações Financeiras.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das Demonstrações Financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros (custo e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e o valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

NOTA 4 – TÍTULOS PARA INVESTIMENTO

O valor desta rubrica é composto por:

Descrição	Classificação	31.12.2024			31.12.2023		
		Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Letras Financeiras	Valor justo por meio do resultado	-	-	-	7.477	-	7.477
Certificados de depósitos bancários	Valor justo por meio do resultado	-	127.615	127.615	-	47.192	47.192
LAM - Alfa Leasing	Valor justo por meio do resultado	-	-	-	5.840	-	5.840
Total dos títulos para investimento ⁽ⁱ⁾		-	127.615	127.615	13.317	47.192	60.509

(i) O custo contábil desses ativos se equivalem a seu valor justo em 31.12.2024 e 31.12.2023, uma vez que são, remunerados a 100% do CDI, mensurados no nível II, conforme nota 3(g).

Estão sendo classificadas no ativo circulante por possuírem liquidez imediata, sem risco significativo de mudança de valor.

NOTA 5 – OUTROS ATIVOS

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Circulante		
Impostos e contribuições a compensar (i)	3.895	1.945
Diversos	6	7
Total de outros ativos no circulante	3.901	1.952
Não Circulante		
Depósitos judiciais	92	169
Opções por incentivos fiscais	5	5
Total de outros ativos no não circulante	97	174

i) Impostos e contribuições a compensar:

O valor desta rubrica é composto por IRPJ e CSLL antecipados em exercícios anteriores, atualizados pela taxa Selic. A compensação dos créditos vem sendo feita através de pedidos de compensação PER/DCOMP, à medida que a Sociedade apura impostos federais a recolher.

NOTA 6 – INVESTIMENTOS EM COLIGADAS

As participações em entidades coligadas estão demonstradas a seguir:

Segmento		% de participação		Investimentos		Resultado de equivalência patrimonial	
		31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
Banco Alfa de Investimento S.A.	Financeiro	-	-	-	-	-	468
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	Financeiro	-	-	-	-	-	219
BAI Participações S.A. (*)	Financeiro	50,06	50,06	251.854	296.789	(40.594)	(4.031)
FASA Participações S.A. (**)	Financeiro	50,03	50,03	152.554	177.271	(20.388)	(696)
Corumbal Partic. e Administ. Ltda. (***)	Serviços	43,56	43,56	423.115	557.958	(61.793)	19.785
Outros Investimentos	-	-	-	41	41	-	-
Totais				827.564	1.032.059	(122.775)	15.745

(*) Bai Participações S.A., participa diretamente do Banco Alfa de Investimento S.A..

(**) Fasa Participações S.A., participa diretamente da Financeira Alfa S.A..

(***) Corumbal Participações e Administração Ltda, participa diretamente do Banco Alfa S.A., Banco Alfa de Investimentos S.A., Financeira Alfa S.A., Alfa Previdência e Vida S.A. e Alfa Seguradora S.A..

As movimentações dos investimentos em coligadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 estão demonstradas da seguinte forma:

Coligadas	Saldos em 31.12.2023	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JCP	Aquisições / (Alienações)	Saldos em 31.12.2024
				de ações e Outros	
BAI Participações S.A.	296.789	(40.594)	-	(4.341)	251.854
FASA Participações S.A.	177.271	(20.388)	-	(4.329)	152.554
Corumbal Partic. e Administ. Ltda. ⁽¹⁾	557.958	(61.793)	-	(73.050)	423.115
Outros Investimentos	41	-	-	-	41
Totais	1.032.059	(122.775)	-	(81.720)	827.564

Coligadas	Saldos em 31.12.2022	Equivalência Patrimonial	Dividendos e JCP	Aquisições / (Alienações)	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Saldos em 31.12.2023
				de ações e Outros		
Banco Alfa de Investimento S.A.	300.352	468	-	(300.820)	-	-
Financeira Alfa S.A. - C.F.I.	177.748	219	-	(177.967)	-	-
BAI Participações S.A. ⁽²⁾	-	(4.031)	-	300.820	-	296.789
FASA Participações S.A. ⁽³⁾	-	(696)	-	177.967	-	177.271
Corumbal Partic. e Administ. Ltda. ⁽⁴⁾	530.301	19.785	-	7.872	-	557.958
Outros Investimentos	41	-	-	-	-	41
Totais	1.008.442	15.745	-	7.872	-	1.032.059



- 1) Em 08.08.2024, após análise da situação de caixa e do capital social da coligada Corumbal Participações e Administração Ltda. (Corumbal), suas sócias quotistas, entre as quais a Sociedade, determinaram a redução de seu capital social, proporcionalmente às suas respectivas participações, por encontrar-se excessivo tendo em vista suas necessidades previsíveis, disponibilidades e perspectivas de investimentos, na importância global de R\$ 165.000. A redução se efetivou em 15.08.2024, cabendo à Sociedade uma parcela de R\$ 71.866, mantendo-se inalterada sua participação no capital social da Corumbal.
- 2) Em 31.03.2023 ocorreu a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado sob denominação BAI PARTICIPAÇÕES S.A., conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição. A integralização das 15.743.966 ações ordinárias, foi realizada pela Alfa Holdings S.A., mediante transferência das ações por esta detidas no capital do Banco Alfa de Investimento S.A., passando a Bai Participações ser a acionista direta do Banco Alfa de Investimentos S.A.
- 3) Em 31.03.2023 ocorreu a constituição de uma sociedade por ações de capital fechado sob denominação FASA PARTICIPAÇÕES S.A., conforme Ata da Assembleia Geral de Constituição. A integralização das 17.391.877 ações ordinárias, foi realizada pela Alfa Holdings S.A., mediante transferência das ações por esta detidas no capital da Financeira Alfa S.A. – C.F.I., passando a Fasa Participações ser a acionista direta da Financeira Alfa S.A. – C.F.I.
- 4) A partir dos exercícios iniciados em 01.01.2023, as empresas seguradoras se adequaram aos requisitos do IFRS 17/CPC 50 – contratos de seguro. Esta norma tem o objetivo de demonstrar maior transparência e informações úteis nas Demonstrações Financeiras, sendo uma das principais mudanças o reconhecimento dos lucros a medida da entrega dos serviços de seguros, a fim de avaliar o desempenho das seguradoras ao longo do tempo. A Alfa Seguradora S.A e a Alfa Previdência S.A, coligadas indiretas da Sociedade, avaliaram e concluíram que o impacto da adoção IFRS 17/CPC 50 foi de R\$7.872 mil no patrimônio líquido de 01.01.2023.

Abaixo apresentamos um sumário das informações contábeis das coligadas:

Coligadas	31.12.2024						
	Ativo			Passivo			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
BAI Participações S.A.	1	505.958	505.959	79	-	505.880	505.959
FASA Participações S.A.	35	307.303	307.338	70	-	307.268	307.338
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	166.759	876.782	1.043.541	4.169	67.921	971.451	1.043.541

Coligadas	31.12.2023						
	Ativo			Passivo			
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Patrimônio líquido	Total
BAI Participações S.A.	1	595.655	595.656	8	-	595.648	595.656
FASA Participações S.A.	8	356.672	356.680	8	-	356.672	356.680
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	356.522	947.332	1.303.854	16.254	6.557	1.281.043	1.303.854

Coligadas	Demonstração do resultado do período								
	31.12.2024								
	Receitas de venda de bens e/ou serviços	Custos dos bens e/ou serviços	Resultado bruto	Despesas/receitas operacionais	Outras receitas/despesas operacionais	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL	Prejuízo do período
BAI Participações S.A.	-	-	-	(98.788)	-	(98.788)	17.664	27	(81.097)
FASA Participações S.A.	-	-	-	(57.423)	-	(57.423)	16.648	25	(40.750)
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	(131.339)	-	(131.339)	169	(10.705)	(141.875)

	Demonstração do resultado do período								
	31.12.2023								
	Receitas de venda de bens e/ou serviços	Custos dos bens e/ou serviços	Resultado bruto	Despesas/receitas operacionais	Outras receitas/despesas operacionais	Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	Resultado financeiro	IRPJ/CSLL	Lucro do período
Coligadas									
BAI Participações S.A.	-	-	-	7.718	(8)	7.710	(14.841)	-	(7.131)
FASA Participações S.A.	-	-	-	4.668	(8)	4.660	(5.619)	(2)	(961)
Corumbal Participações e Adm. Ltda.	-	-	-	77.222	-	77.222	(17.605)	(14.190)	45.427

NOTA 7 – PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS E PREVIDENCIÁRIOS

As provisões para riscos fiscais, previdenciários, cíveis e trabalhistas, são registradas e foram constituídas levando-se em consideração a legislação em vigor, a opinião de assessores legais, a natureza e complexidade dos processos, o posicionamento dos tribunais, o histórico de perdas e outros critérios que permitam estimar o seu valor. A Administração considera que as provisões existentes na data destas Demonstrações Financeiras são suficientes para fazer face aos riscos decorrentes destes processos.

As provisões constituídas e respectivas movimentações estão demonstradas a seguir:

Movimentação	Fiscais e Previdenciárias	
	31.12.2024	31.12.2023
Saldo Inicial	92	116
(+) Complemento líquido de reversões (i)	6.518	(61)
(+) Atualização da provisão (i)	30	37
Saldo Final	6.640	92

(i) Em 30.06.2024, a sociedade reconheceu o montante de R\$ 6.457 mil como provisão para riscos fiscais e previdenciários, que inclui principal e juros. A constituição ocorreu devido a mudanças nas circunstâncias usadas para mensurar as estimativas de perdas dos processos em andamento. A Sociedade passou a agravar a opinião dada pelos seus assessores legais em relação a expectativa de perda dos referidos processos, seguindo as mesmas estimativas contábeis do controlador, o Banco Safra S.A.. Em 31.12.2024 o valor atualizado da provisão fiscal é de R\$6.548 mil.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 23, emitido pelo Comitê de pronunciamentos Contábeis, quando ocorrem mudanças nas circunstâncias em que a estimativa contábil se baseou, alterando ativos e passivos, seus efeitos contábeis são reconhecidos no período da mudança, caracterizando-se, desta forma, como mudança na estimativa contábil.

As ações se referem substancialmente a Perdcomp não homologada no montante de R\$ 6.124.



NOTA 8 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social

	31.12.2024			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	430.245
Aumento de capital (*)	-	-	-	6.311
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	436.556

	31.12.2023			
	Total	Ordinárias	Preferenciais	Capital
Saldo inicial	84.682.269	46.011.632	38.670.637	404.933
Aumento de capital	-	-	-	25.312
Saldo final	84.682.269	46.011.632	38.670.637	430.245

(*) Em 28.03.2024, foi realizada Assembleia Geral Extraordinária, a qual aprovou aumento do capital social, passando de R\$ 430.245 para R\$ 436.556, mediante incorporação de parte de reservas de lucros, sem emissão de novas ações.

As ações preferenciais estão assim distribuídas:

Classe de ações	31.12.2024		
	PNA	PNB	TOTAL
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

Classe de ações	31.12.2023		
	PNA	PNB	TOTAL
- Quantidade	14.313.881	24.356.756	38.670.637

As ações preferenciais não gozam do direito de voto e a elas são atribuídos os seguintes direitos/vantagens:

- Recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações), observado o item c);
- Reembolso do capital, nos casos de amortização de ações ou de liquidação da Sociedade e;
- Apenas as ações preferenciais da Classe "A" terão direito a um dividendo anual por ação que tenha o maior valor entre: (i) o dividendo previsto no item a) ou (ii) 12% (doze por cento) do valor da parte do capital que estas ações representem dividido pelo número de ações desta classe. Referido dividendo será pago com preferência sobre quaisquer dividendos das ações ordinárias.

b) Reservas de capital

As Reservas de capital estão assim representadas:

	31.12.2024	31.12.2023
Reservas de manutenção do capital de giro	378	378
Reserva de incentivos fiscais	667	667
Reserva p/ incorporação ao capital	1.068	1.068
Outras reservas de capital	2.474	8.206
Total	4.587	10.319

c) Reservas de lucros

c.1) Reserva legal

É constituída com aplicação de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do Capital Social.

c.2) Reserva de lucros a realizar

É constituída pelo saldo desta mesma reserva no final do exercício anterior acrescido do montante do dividendo obrigatório no exercício, calculado nos termos da Lei 6.404/76 e do Estatuto da Sociedade, menos os dividendos efetivamente pagos no exercício, que incluem, mas podem não se limitar a: (i) a parcela dos lucros realizados, correspondente aos dividendos recebidos de investidas e pagos pela Sociedade aos seus acionistas, conforme disposição contida no artigo 197, da Lei 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 10.303/01 e; (ii) a parcela complementar necessária ao pagamento dos dividendos estatutários pela Sociedade, quando os lucros realizados não forem suficientes.

A Reserva de Lucros a Realizar está assim representada:

	Antes da Lei nº 10.303	Após a Lei nº 10.303	Total
Saldo inicial em 01.01.2024	87.100	82.329	169.429
Realização	-	(8.855)	(8.855)
Saldo Final em 31.12.2024	87.100	73.474	160.574

c.3) Reservas estatutárias

O Estatuto Social determina que, após as destinações para Reserva Legal, Reserva para Contingências e Reserva de Lucros a Realizar, até 90% do lucro líquido remanescente seja destinado para Reserva para Aumento de Capital e até 10% seja destinado para Reserva Especial para Dividendos. A Reserva para Aumento de Capital tem por finalidade assegurar adequadas condições operacionais à Sociedade, até atingir 80% do capital social; a Reserva Especial para Dividendos tem por fim garantir a continuidade da distribuição semestral de dividendos, até atingir o limite de 20% do Capital Social.

d) Lucros acumulados

Qualquer lucro que restar após a distribuição de dividendos nos registros legais da Sociedade e as apropriações às reservas legais será transferido à Reserva Especial para Aumento de Capital em 90% e Reserva Especial para Dividendos em 10%, até atingirem o limite de 80% e 20%, respectivamente, do Capital Social, e, quando houver excesso, este será eliminado mediante aumento de capital.

e) Dividendos

O Estatuto prevê dividendo mínimo de 25% do lucro líquido, ajustado conforme o disposto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações. Conforme disposição estatutária, e nos termos da Lei n.º 6.404, artigo 17, § 1º, inciso II, as ações preferencias tem direito ao recebimento de dividendo, por ação, pelo menos igual ao atribuído a cada ação ordinária multiplicado por 1,10 (um inteiro e um décimo) (artigo 17, §1º, inciso II, da Lei de Sociedades por Ações).



NOTA 9 – DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Benefícios – FGTS	-	(81)
Remuneração diretoria, conselho de administração e fiscal	(1.110)	(2.325)
Encargos sociais e previdenciários	(223)	(400)
Parcela anual complementar de honorário	(140)	(630)
Total	(1.473)	(3.436)

NOTA 10 – DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Anuidade B3 - Brasil, Bolsa e Balcão e CVM	(93)	(127)
Convênio de ações escriturais	(72)	(73)
Propaganda, publicidade, publicações e relações públicas	(17)	(34)
Serviços de terceiros	(79)	(351)
Provisões Contabilidade	(3)	(949)
Despesas tributárias ⁽¹⁾	(402)	(1.591)
Provisões diversas	-	(268)
Doações	(50)	(21)
Outras	(29)	(52)
Total	(745)	(3.466)

- 1) Em 2023, refere-se basicamente aos recolhimentos do Imposto de Renda Retido na Fonte, dos exercícios de 2018 a 2020, sobre os rendimentos dos seus executivos e que tais retenções de fonte foram devidamente compensados nos seus respectivos vencimentos com créditos tributários detidos por esta empresa amparadas por decisão judicial transitada em julgado. Tais compensações não foram homologadas pela Receita Federal até o momento, e por este motivo, houve o recolhimento, com posterior recuperação deste crédito tributário, tão logo a RFB analise a contestação da origem do crédito tributário utilizado nestas compensações.

NOTA 11 - IMPOSTOS SOBRE A RENDA CORRENTE

a) Demonstração do cálculo dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	31.12.2024	31.12.2023
Resultado Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(122.359)	17.012
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes	41.602	(5.784)
(Inclusões) Exclusões Permanentes	(34.708)	5.327
Participações em coligadas e controladas no país - Nota 6	(41.743)	5.353
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributadas	-	(26)
Crédito tributário reconhecimento de períodos anteriores e outros	7.035	-
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	6.894	(457)

b) Créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	31/12/2023	Constituição	Realização / Reversão	31/12/2024
Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	-	2.198	-	2.198
Prejuízo fiscal de IRPJ e base negativa de CSLL	-	6.281	(599)	5.682
Outras Despesas	-	485	(178)	307
Deposito Trabalhista	-	32	-	32
Total - créditos tributários	-	8.996	(777)	8.219

Conforme nota explicativa 8, a Sociedade constituiu provisão para risco fiscal. Considerando a expectativa de lucros tributáveis futuros, em 30.06.2024, a Sociedade optou por reconhecer ativo fiscal diferido sobre as diferenças temporárias e prejuízo fiscal. Em 30.09.2024 foi reconhecido ativo fiscal diferido sobre provisões de RH e diversas.

A Administração da Sociedade, fundamentada em estudo técnico realizado tomando por base os dados contábeis disponíveis em 31.12.2024, estimou que a realização destes créditos tributários ocorrerá em até 10 anos, sendo 10,78% em 2025, 10,75% em 2026, 10,75% em 2027 e 56,96% entre 2028 e 2033.

NOTA 12 - NOTAS À DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

O caixa e equivalentes de caixa, apresentado na Demonstração dos fluxos de caixa, está constituído por:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
No início do período	60.532	66.195
Disponibilidades	23	64
Aplicações Financeiras	60.509	66.131
No final do período	127.622	60.532
Disponibilidades	7	23
Aplicações Financeiras	127.615	60.509
Variação em caixa e equivalentes de caixa	67.090	(5.663)

NOTA 13 – GESTÃO DE RISCOS

A gestão de riscos é um instrumento essencial para garantir o uso adequado do capital e a melhor relação risco x retorno para a Sociedade. Por se tratar de uma Sociedade exclusiva de participações societárias de um grupo econômico, os riscos do emissor estão concentrados nas empresas em que detém participação, em especial nas instituições financeiras do Conglomerado Alfa. Conforme mencionado na nota 1, em outubro de 2023, o Banco Safra assumiu o controle acionário do Conglomerado Alfa e, desta forma, a Sociedade adotou a mesma metodologia de gestão de riscos de sua Controladora que, por sua vez, adota metodologia de três linhas de defesa que contribuem para o aprimoramento dos mecanismos de governança e a transparência, além de manter um conjunto de procedimentos, alinhados às melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas.

a) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da Sociedade e suas coligadas não possuírem recursos financeiros suficientes para honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A Sociedade, por meio de sua Controladora, possui estrutura específica para monitoramento e controle dos riscos de liquidez. Tais atividades são realizadas pela gerência de Liquidez e Fluxo de Caixa, parte integrante da área de Riscos de Investimento do Banco Safra.

b) Risco de mercado

Define-se como risco de mercado a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de flutuações nos valores de mercado de posições detidas, incluindo (i) o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação; e (ii) o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities) para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária.

O gerenciamento do risco de mercado é estruturado de maneira a garantir que o risco de perdas extremas, decorrentes de oscilações de preços, seja devidamente controlado, permanecendo dentro dos limites operacionais estabelecidos pela alta gestão, e em consonância com as políticas internas da Entidade.

c) Risco operacional

Define-se risco operacional como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas.

A Gestão de Risco Operacional tem por objetivo a identificação, avaliação e monitoramento dos riscos operacionais, aos quais a Sociedade e suas coligadas estão sujeitos, e a consequente adoção de medidas preventivas.

A governança da gestão de risco operacional da Sociedade é estruturada não apenas por políticas, processos e procedimentos, mas também pela disseminação da cultura de prevenção aos riscos operacionais em toda a organização e conscientização de cada colaborador, independente de cargo ou função, sobre a responsabilidade de todos no gerenciamento do risco ao longo do exercício de suas funções no dia a dia.

Adicionalmente, a gestão do risco operacional, por meio de sua Controladora, possui um comitê delegado da Alta Administração, denominado Comitê de Gestão de Riscos Operacionais e Compliance, PLD e Fraudes (CGROC), cujo objetivo é acompanhar, de forma periódica, e suportar a tomada de decisões sobre assuntos relacionados ao risco operacional, conformidade (compliance), risco de reputação, riscos socioambiental e climático, PLD e fraudes.

No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e no portal de dados abertos do Banco Central estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar III, além informações referentes à gestão de riscos e capital da Controladora.

NOTA 14 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em concordância com os dispositivos legais vigentes e com as normas expedidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, por meio do CPC 05 (R1), são efetuadas operações com empresas coligadas a taxas e valores médios usuais de mercado.

Partes relacionadas entre a Sociedade e Coligadas

Descrição	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
	Ativos (Passivos)	Ativos (Passivos)	Receitas (Despesas)	Receitas (Despesas)
Caixa e disponibilidade em bancos	412	10	-	-
- Outras partes relacionadas	412	10	-	-
Banco Alfa S.A.	-	10	-	-
Banco Safra S.A.	412	-	-	-
Títulos para Investimento	127.615	60.509	8.474	7.970
- Outras partes relacionadas	127.615	5.840	1.747	696
Alfa Arrendamento Mercantil S.A.	-	5.840	458	696
Banco Safra S.A.	127.615	-	1.289	-
- Coligadas	-	54.669	6.727	7.274
Banco Alfa de Investimento S.A.	-	54.669	6.727	7.274
Outros Ativos / Outros Passivos	4	-	-	-
- Coligadas	4	-	-	-
Bai Participações S.A.	3	-	-	-
Fasa Participações S.A.	1	-	-	-

Remuneração do pessoal-chave da Administração:

Em Assembleia Geral Ordinária dos acionistas é fixada a verba máxima para remuneração global dos membros da Diretoria e do Conselho da Administração. Em 2024, foi deliberado em Assembleia, o valor médio mensal da verba máxima para remuneração global até R\$ 195 (R\$ 183 em 2023). Em 2024, foi pago a título de remuneração da Administração o valor total de R\$ 1.011 (R\$ 1.662 em 2024).

- (1) Benefícios – Conselho de Administração e Diretoria: Em 2024 e 2023 não houve pagamento de benefícios. A Sociedade não concede benefícios pós-emprego, benefícios de longo prazo e de rescisão de contrato para o pessoal-chave da Administração, excetuado o recolhimento de FGTS sobre os honorários pagos à Diretoria.
- (2) A Sociedade não concede empréstimos ou adiantamentos para:
 - Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativos, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até 2º grau;
 - Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%;
 - Pessoas jurídicas que participem, com mais de 10%, da própria empresa, quaisquer diretores ou administradores da própria instituição, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau.

Dessa forma, não são efetuados pela Sociedade empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares.



(3) Participação acionária:

Os membros do Conselho de Administração não possuem participação acionária na Sociedade em 31.12.2024.

NOTA 15 – OUTROS ASSUNTOS

a) Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Alfa Holdings S.A. é um órgão estatutário de caráter não permanente que atua em consonância com as disposições da Lei 6.404/1976. Em Assembleia Geral Ordinária de 2024 não foi solicitada instalação de Conselho Fiscal.

Eliane Carolina Quaglio Arjonas
Contadora
CRC 1SP 232846/O-2